

## **SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA - DECRETO 59.249/2020**

### **RESUMO EXECUTIVO da 23ª Reunião, 06 de setembro de 2022**

**Conselheiros/as titulares presentes:** Maria Luiza Burgareli (SMDHC), Alderon Costa (Rede Rua), Roseli Kraemer (RPR), Priscila Ramos (SEFRAS), Humberto Gomes (SMSUB), Aline Cristina (SMADS), Adriano Nicolau (SMSU), Alcyr Neto (ODH).

**Conselheiros/as suplentes presentes:** Lindalva Ferreira (RPR), Robson Mendonça (MEPSR), Verônica Martines (CDHLG), José Franco (RPR), Edvaldo Gonçalves (MNLPSR).

**Demais presentes:** Guillermo Rojas (DPU), Mariana Coelho (DPU), Beatriz Ribeiro (CDHLG), Helena Simões Romano (CDHLG), Ruan Oliver (CDHLG), Eduardo Souza, Bárbara Vicente (DPS), Vera (Gabinete Zé Maria), Caetano Maria, Giovanna Chrispiano.

#### **Resumo executivo:**

A reunião, que deveria ter acontecido na última quarta-feira de agosto, ocorreu na primeira semana de setembro por conta da agenda dos conselheiros e conselheiras.

Primeiramente foram apresentadas as formações sobre o tema “população em situação de rua”. Foram 45 policiais civis formados em julho e, até o final de setembro, serão 360 GCMs formados. É a primeira oportunidade de diálogo com a GCM sobre o tema - e as aulas envolvem também assuntos correlatos como baixas temperaturas, uso abusivo de álcool e outras drogas e rede socioassistencial.

A sra. **Maria Luiza** (SMDHC) relatou a dificuldade de resposta das subprefeituras. O Ministério Público oficiou as seis subprefeituras com maior concentração de população em situação de rua pedindo respostas sobre a proposta de formações feita pela CPPSR. Assim, as subprefeituras estão respondendo com pontos focais e uma planilha de contatos está sendo montada. A subprefeitura de Santana-Tucuruvi respondeu sobre a disponibilidade de formações para o dia 3 de outubro. A coordenação também pediu os ofícios enviados, mas não obteve resposta do MP. Além disso, foi disponibilizado o relatório de abordagem de SEAS no *drive* do Comitê.

A primeira pauta foi sobre a violação de direitos humanos na cena de uso da rua Helvétia, no dia 31 de agosto. A pauta mostrou-se necessária após imagens de violência contra população em situação de rua em uma operação que ocorreu na chamada “cracolândia”. As imagens apresentadas estão anexas a denúncia e demonstram guardas civis do município revirando pertences de pessoas que haviam sido retiradas à força do local. Além disso, através de relatos denunciou-se a presença da Polícia Militar e Civil na suposta ação de zeladoria urbana. O sr. **Alcyr Neto** (ODH) reforçou que não há previsão legal ou normativa que autorize a presença da Polícia Militar e/ou Civil na ação de zeladoria, portanto, pode-se caracterizar como irregularidade.

O Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua (CPD) está na Helvétia, no terreno do Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica (SIAT), e continuará na região para atendimento e acolhimento de denúncias. Informou-se também que a Ouvidoria, a CPPSR e CPDrogas se reuniram no mesmo dia para debater o que poderia ser feito. Como resultado, dois ofícios foram enviados questionando a abordagem da Polícia Civil e pedindo esclarecimento da ação para a Ouvidoria das Polícias, MP e CONDEPE. O documento também contou com a denúncia de violação de direitos dentro do espaço de um equipamento público (como é o SIAT). Outro documento é direcionado a GCM, que estava presente na ação.

O fato conta com o agravante de, no dia da ação, a temperatura estava abaixo de 13 graus, situação na qual ações de zeladoria não podem acontecer, segundo a legislação.

Tanto a ouvidoria, quanto a defensoria registraram irregularidade a partir dos materiais resultantes da ação. Reforçou-se que a ouvidoria não tem competência de julgamento, mas tudo foi encaminhado para os órgão de execução, como a corregedoria. O envio dos ofícios e a criação de um Grupo de Trabalho intersetorial com a CPDrogas e a CPPSR. Posteriormente o sr. **Alderon Costa** (Rede Rua) sugeriu enviar todo o material das denúncias para a comissão que existe dentro da Assembleia da Câmara. O mesmo citou a presença do sr. Álamo, chefe de gabinete na SMSU, no seminário da OAB e a firmação do compromisso para criação de um canal de comunicação direta entre a comissão de direitos humanos da OAB e a Corregedoria.

A segunda pauta apresentou a planilha de denúncias registradas pelo portal SEI. Mais de 90% das violações apresentadas estavam dentro do território da subprefeitura da Sé. Os presentes manifestaram a insatisfação em relação ao encaminhamento das denúncias, que muitas vezes não contam com uma resolução. Desta forma, encaminhou-se o envio de outro ofício, pelo subcomitê, pedindo a apuração das denúncias registradas.

#### **Encaminhamentos:**

1. Encaminhar todo material de ofício e denúncia para a comissão de Direitos Humanos da OAB e da Câmara;
2. Convidar COMUDA para apresentação na próxima reunião do Comitê População em situação de rua;
3. Envio de ofício solicitando acompanhamento do processo interno de apuração da denúncia feita contra a GCM, vídeo do Jornalistas Livres;
4. Convidar pesquisadora Luciana Ribas, especialista em zeladoria urbana, para próxima reunião;
5. Adicionar atas de Subcomitê de zeladoria urbana no drive e no site.